



**LIMITES E POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALTO/SP**

**LIMITS AND POSSIBILITIES AT WORK OF SOCIAL SERVICE IN THE
EDUCATION POLICY IN THE COUNTY OF SALTO/SP**

**CLAÚDIA OLIVEIRA SANT ANNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO/SP**

RESUMO:

O presente artigo busca apresentar as reflexões sobre os primeiros meses de implantação do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação realizando um exercício de reflexão sobre os limites e possibilidade de trabalho neste espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais. Trata-se de pensar as primeiras vivências. Será apresentado elementos do chão da escola, campo repleto de disputas e de visões de mundo. Essa construção buscou efetuar a ligação entre o referencial teórico do Serviço Social e o trabalho do assistente social na Política Pública da Educação. A intenção deu-se também no sentido de sistematizar o trabalho de forma organizada, crítica e com a clareza de sua especificidade, contribuindo e fortalecendo a direção de uma educação gratuita e de qualidade para as crianças e adolescentes do município de Salto/SP.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Educação. Trabalho.

ABSTRACT: This article aims to present the reflection about the first months of implementation of the Social Service in the Municipal Department of Education, performing an exercise of reflection on the limits and possibility of the work in this social and occupational space of social workers. It is about thinking about the first experiences. Elements will be presented on the school floor, field full of disputes and worldviews. This construction sought to make the connection between the theoretical reference of Social Work and the work of social worker in the Public Policy of Education. The intention was also to systematize the work in an organized, critical and with the clarity of its specificity contributing and strengthening the direction of a free and quality education for the children and teenagers of the county of Salto/SP.

KEYWORDS: Social Service. Education. Work.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



1 INTRODUÇÃO

A construção deste artigo prevê sistematizar o trabalho, de quatro assistentes sociais, na política pública de educação realizado nos primeiros meses de atuação.

No mês de junho de 2017 a gestão municipal por questões políticas, efetuou a transferência de quatro assistentes sociais para a área da educação, oriundas da política de assistência social, instituindo-se assim a implantação do serviço social na política de educação. Apesar de não ter sido uma escolha e um processo permeado de tensões e insegurança, decidiu-se por acolher o novo espaço sócio ocupacional como uma nova oportunidade de construção de processo de trabalho que atendesse na perspectiva dos direitos sociais a população, crianças e adolescentes que estão inseridos nas escolas municipais.

Com isso, a equipe de assistentes sociais iniciou pesquisa e estudo buscando a elaboração de uma proposta de trabalho que dialogasse com o projeto ético político da profissão e com a perspectiva de uma educação universal, gratuita e de qualidade que tem como centralidade a dignidade humana e ampliação dos direitos e acesso às políticas sociais, dando assim, a direção do planejamento.

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo **às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação**, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais **em defesa da universalização da educação pública**, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, **na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação**, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2013, p.37, grifo nosso).

Mediante o processo de reflexão sobre o Serviço Social na política de educação elaborou-se uma primeira matriz que demonstrou o plano de trabalho para que a inserção das assistentes sociais nas unidades tivesse uma direção.

O processo inicial de planejamento possibilitou que as quatro assistentes sociais realizassem pesquisa de referência bibliográfica e documental, discussões, troca de experiências, visita técnica no município de Limeira/SP (referência na região), busca de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



encontros que discutem o trabalho nesta área, construção de instrumentais (ficha de estudo social, registro de atividades coletivas, instrumental informativo às escolas sobre os atendimentos, ficha de encaminhamento, matriz para registro dos atendimentos individuais, apresentação do Serviço Social para as equipes), com isso buscou-se construir uma unidade de ação das quatro assistentes sociais.

Se teve a oportunidade de participar do I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum Serviço Social na Educação do GEPESS: A Educação e o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital, realizado no período de 24 a 26 de outubro de 2017, na Universidade Estadual Paulista/UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/FCHS, Franca, o que contribuiu para o alargamento da compreensão da atuação do assistente social na área da política de educação pública.

No momento a equipe realiza um movimento de estreitamento de diálogo com colegas dos municípios de Diadema e Cabreúva em São Paulo, ambos com o Serviço Social na Educação. O objetivo é não ficar numa situação de isolamento e compartilhar o processo de trabalho cotidiano.

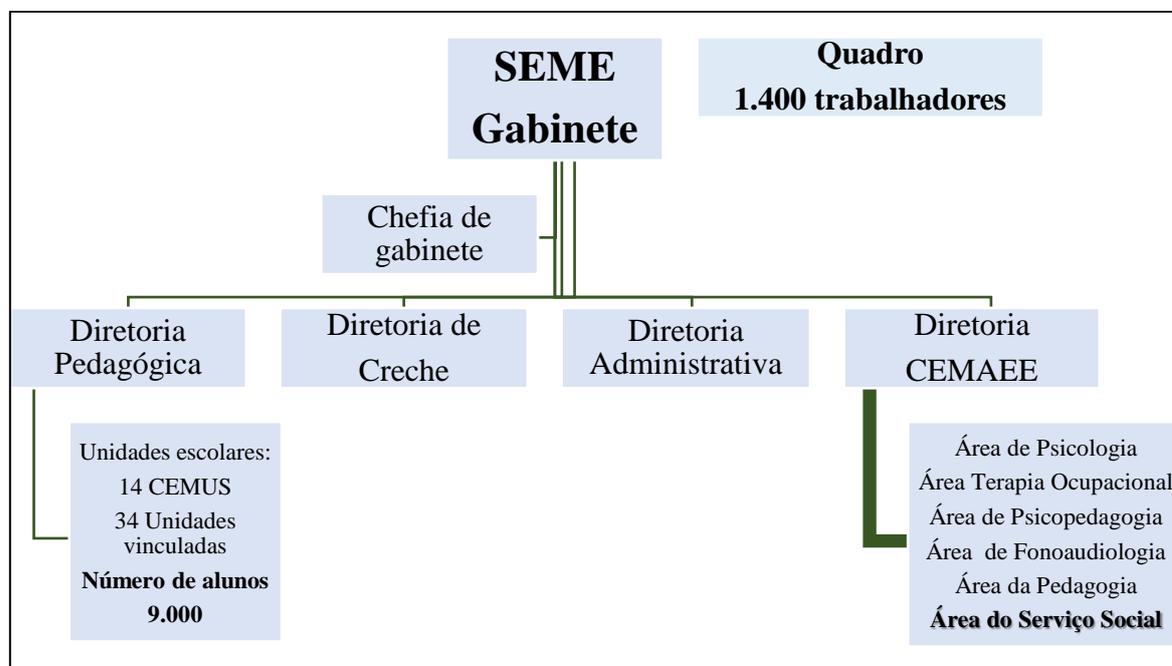
2 CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DA EXPERIÊNCIA

O município de Salto – São Paulo, localizado na região metropolitana de Sorocaba de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem uma população estimada em 2014 de 115.193 habitantes, portanto, é um município de grande porte e com área territorial de 133.057 km, densidade demográfica (hab/km) 792,13, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ de 0,780 e o Índice de Gini² é de 0,45.

A estrutura da Secretaria Municipal de Educação – SEME configura-se como demonstra a figura 1 e o Serviço Social se reporta a diretoria do CEMAEE.

O CEMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, legitimado por meio da lei nº. 2.981 de 02/12/2009, é uma unidade mantida pelo município. Este setor conta com outros trabalhadores que compõem a equipe: 01 diretora, 01 coordenadora, 04 psicólogas escolares, 05 psicopedagogas, 10 professores de sala de recurso, 01 terapeuta ocupacional, 01 fonoaudióloga, 01 psicóloga clínica, 01 auxiliar administrativo e 01 auxiliar de serviços gerais.

FIGURA 1 – Organograma da Secretaria Municipal da Educação



Fonte: Informações fornecidas pela equipe da SEME – Figura elaborada pelas autoras.

No dia 09 de outubro de 2017, iniciou-se o trabalho das assistentes sociais nas unidades escolares.

3 O TRABALHO NO CHÃO DAS ESCOLAS: limites e possibilidades

Considera-se que a inserção das assistentes sociais nas escolas foi relevante. É necessário ter a percepção de como funciona a realidade e de como o sistema educacional está inserido nesse processo, ou seja, entender a função social da educação, relação escola, aluno, família e comunidade em geral.

O Serviço Social é uma profissão que enfrenta o desafio de decifrar a realidade e por meio do trabalho, realizar reflexões e construir propostas criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir do cotidiano, envolvendo-se também nos espaços e lutas coletivas, sendo uma profissão (por meio dos assistentes sociais) propositiva e não somente executiva (Iamamoto, 2006, p.20).

A escola sem dúvida reflete **as expressões da questão social**, de diferentes formas: violência, diversidades culturais, necessidades materiais, incivildades³, entre outras

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



desproteções sociais, além do próprio ambiente escolar que muitos são “insuficientes” frente aos desafios no que se refere a qualidade dos atendimentos aos alunos.

Almeida (2011) nos aponta,

A política educacional é, assim, **expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social**. E aqui deve ser ressaltada uma das principais características da realidade brasileira: o fato de a educação não ter se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil, conforme ocorreu em vários países como etapa fundamental do processo de consolidação do próprio modo de produção capitalista, ou seja, como um valor social universal e como condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas. (ALMEIDA apud PAIVA, 2011, p.19, grifo nosso).

É exatamente no enfrentamento cotidiano dessas expressões, que o trabalho do assistente social se efetiva, realizando ações de enfrentamento as contradições presentes no cotidiano, que reflete na família e na vida do indivíduo, se reproduzindo no sistema educacional enquanto política pública.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, **mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais**. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2013, p.19 grifo nosso).

A educação se confronta com uma desafiadora missão, a formação de cidadão críticos, que lutem por seus direitos e que contribuam na construção da democracia. O desafio é contribuir para que as escolas não formem somente para o mercado, mas formem pessoas como cidadãos, que contribuam para a solidariedade, tolerância e valores coletivos. A lógica do mercado, da competição, empreendedorismo, está impregnada nas relações sociais e perpassam a visão de mundo dos trabalhadores da educação e indicar que a escola se constitui como espaço de reflexão, vivência social e proteção social, é enfrentar compreensões cristalizadas.

Com isso busca-se com o trabalho, no chão das escolas, oportunizar a efetivação dos direitos sociais e educacionais dos usuários e o desenvolvimento de estratégias, que visem contribuir para a gestão de conflitos e diferenças socioculturais- econômicos que interferem no processo de ensino aprendizagem intervindos de maneira direta e indireta junto às famílias,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



alunos e equipes escolares, conforme a necessidade de cada situação através também da gestão democrática.

a. Os limites

A inserção nas escolas foi um processo desafiador, visto que da equipe multidisciplinar fomos a última categoria profissional a ser inserida na área. Além disso, ficou evidente o mimetismo que há entre Serviço Social e Assistência Social e o primeiro exercício foi em todos os encontros e espaços possíveis explicar a diferença.

No cotidiano foi observado diversos limites. Estes limites configuravam-se desde a organização de um local para atendimento até a compreensão da direção do trabalho, revelando algumas incompatibilidades de direção.

- Sobre o local de trabalho⁴, as unidades escolares possuem estruturas distintas, em algumas haviam salas disponíveis para o atendimento individual com família e um local para o arquivamento de registros. Em outras, na maioria, não havia local apropriado, com isso teve-se que buscar improvisos atendendo as famílias em bibliotecas, salas dos professores, almoxarifados, em áreas externas, na sala da coordenação, além disso tivemos que transportar as fichas de atendimento.

Foi um primeiro limite, no qual tivemos que adaptar-nos. Aliado a isso foi constatado uma escassez de materiais básicos para trabalho como caneta, caderno, elástico, pastas e arquivos. Não há motorista da secretaria para conduzir-nos as visitas domiciliares, as que realizamos foi porque assumimos a direção do veículo oficial da prefeitura. No entanto, nos posicionamos no sentido de ter espaço preservado na hora do atendimento junto as famílias, **preservando o sigilo profissional**. Neste contexto tivemos que ser criativas e reinventar o trabalho, observando que a precarização e redução dos gastos sociais atingem todas as políticas sociais, como afirma Iamamoto,

A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante das tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação. Os impactos da redução dos gastos sociais e conseqüente deteriorização dos serviços sociais públicos dependeram das relações entre Estado e sociedade, das desigualdades e das políticas sociais anteriormente existentes ao programa de “contrarreforma”. (IAMAMOTO, 2004, p. 121).

- Outro limite complexo e desafiador é a visão construída sobre as famílias das crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de dificuldade e problema na escola. O discurso de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



família desestruturada, negligente, relaxada, folgada, desinteressada é presente de forma incidente. Contatamos que há nos professores um sentimento de cansaço e ao mesmo tempo de impotência frente algumas situações vivenciadas no dia a dia, que repercute nas relações no âmbito das escolas. Tal situação repercutiu na forma como fomos recebidas.

- Foi observado que não havia de forma sistemática articulação com a rede de proteção social do município. Essa era uma ação que dependia do perfil do profissional, de compreender necessário ou não. Aliás observou em alguns discursos que as escolas, não se percebiam compondo a rede de proteção social.

[...] outros fenômenos sociais têm incidido diretamente sobre o campo educacional, configurando as bases institucionais e sócio-ocupacionais que têm justificado o aumento da presença dos assistentes nesta área de intervenção do Estado.

[um] deles está relacionado à ampliação das refrações da questão social que se manifestam no cotidiano escolar, determinando, entre outras situações, a necessidade de diálogo e aproximação do professor com um universo de categorias profissionais e serviços sociais como parte da estratégia de desenvolvimento de suas próprias atividades laborativas. **Constitui exemplo desta situação a articulação com as redes e profissionais de saúde, da assistência social, do lazer, da cultura e, também, da segurança pública.** Em cada realidade regional ou municipal, este relacionamento pode ganhar contornos temporários ou estruturais (ALMEIDA, 2003, p.6, grifo nosso).

No primeiro momento, tivemos a aceitação parcial nas escolas. Em algumas unidades tiveram resistência da nossa inserção, esclarecendo inclusive que por conta da demanda do cotidiano, não era possível atender-nos no momento, para alinharmos o trabalho. Em outras unidades havia uma expectativa, que o assistente social, como que num toque de mágica, resolveria todos os problemas dos alunos.

Com todos os limites presentes no cenário, foi e está sendo uma fase de “achar” e conquistar o nosso lugar nas escolas, no início houve um sentimento na equipe de assistentes sociais de estranhamento e inadequação.

Os primeiros meses foram de muito trabalho e esforço para demarcar a direção do Serviço Social na Educação. Podemos afirmar que foi um movimento de inspiração e transpiração. A equipe teve que estudar e se apropriar das normativas da política de educação e dos processos de trabalho nas escolas para construir o reconhecimento do trabalho do assistente social na secretaria da educação no município.

b. As possibilidades

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Observamos que apesar de diversos limites foi possível dar uma direção crítica ao trabalho. Nesses primeiros meses de trabalho na educação tivemos pequenas conquistas e algumas possibilidades:

- Do ponto de vista de condições de trabalho⁵, conseguimos um e-mail corporativo (institucional) para as assistentes sociais. No CEMAEE organizaram um armário para guardarmos os materiais, conseguimos um crachá para a identificação e tivemos a liberação para investimento na nossa formação (participação em seminários).
- Em algumas unidades foi aberta a possibilidade de dialogarmos com os professores no Horário de Trabalho Coletivo (HTC). No primeiro momento apresentamos o plano de trabalho do Serviço Social e dialogamos sobre. Foi um espaço importante pois podemos esclarecer algumas dúvidas. Alguns professores questionaram se o trabalho não teria uma perspectiva assistencialista, o que foi extremamente rico, pois podemos conversar sobre direitos sociais. Neste espaço estamos fazendo a tentativa de estabelecermos uma parceria com os professores. Temos a clareza de que trata-se de um movimento gradativo.
- Realizamos reuniões com as Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) também para a apresentação do Serviço Social, mas principalmente acolhendo as demandas e concepções trazidas por estes profissionais. Como estes trabalhadores atuam nas creches e educação básica (pré-escola) estabelecem um vínculo forte com as crianças, o que por vezes, as levam a questionar certas situações sem ampliar o olhar com uma visão mais crítica. Nesses espaços tivemos a oportunidade de fazer algumas reflexões importantes.
- Efetivamos diversos atendimentos individualizados com as famílias (responsáveis pelos alunos), com isso propomos em diversas situações, conhecer a dinâmica e o contexto familiar dos educandos por meio de visitas domiciliares, estabelecendo vínculos profissionais, o que contribuiu para a identificação das razões que limitam o processo educacional, buscando-se assim ações conjuntas, com demais profissionais da rede de proteção social e dos equipamentos públicos assegurando no mínimo o cumprimento das garantias já estabelecidas via políticas públicas sociais.

Evidentemente, que nos posicionamos na contramão do pensamento neoliberal, que atribui exclusivamente às famílias a superação dessas violações por meio de sua capacidade empreendedora. Nesse sentido, parte-se do entendimento de família em que todas as formas de organização e arranjos são respeitadas e consideradas, balizada pelo projeto ético político, Código de Ética Profissional ratificada pelo documento elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS que trata das atribuições privativas do Assistente Social em Questão “Desenvolver

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ações voltadas para as famílias considerando-as em suas diferentes dimensões e configurações, sobretudo, como sujeito político no processo político pedagógico que particulariza a área de educação” (CFESS, 2012).

- Realizamos articulação com a rede intersetorial e com o sistema de garantia de direitos, com um movimento dentro das escolas, demonstrando que os alunos não passaram por diversos atendimentos, não por conta da negligência de famílias, mas por conta da ineficiência das políticas sociais. Além disso realizamos diversas articulações com CRAS, CREAS, UBS, Setor da Saúde Mental, Conselho Tutelar, Central de vagas, setor da saúde especialidades, farmácia popular, setor técnico do Poder Judiciário, algumas entidades que atendem crianças e adolescentes. Foram realizados também encaminhamentos e orientações em parceria com a área de psicologia e psicopedagogia.

O foco foi garantir o direito da criança e do adolescente envolvendo as famílias, pois não há como falar em garantia de direito agindo de forma fragmentada ou unilateral, considerando somente os alunos.

Sabemos que inúmeros problemas sociais que atingem os alunos se refletem na escola. Todavia, cabe os órgãos públicos prover a permanência desses alunos na escola, uma vez que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança e adolescente tem o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento, preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Percebe-se que, atualmente, o sistema de ensino público enfrenta grandes desafios a serem vencidos, como: baixo rendimento escolar, vulnerabilidade às drogas, desinteresse pelo aprendizado, evasão escolar e comportamento agressivo.

Diante desses fatos, **o papel do assistente social na Secretaria de Educação é o de realizar ações e intervenções comprometidas com valores que dignifiquem e respeitem os educandos em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, por meio do apoio e de orientação não somente aos alunos, como à sua família e ao corpo docente, em busca de melhores opções para o sucesso no processo de aprendizagem e de integração escolar e social** (MARTINS, 2012, p. 81, grifo nosso).

Nessa primeira etapa do trabalho, conseguimos sistematizar quantitativamente as ações que realizamos, o que demonstramos no gráfico 1:

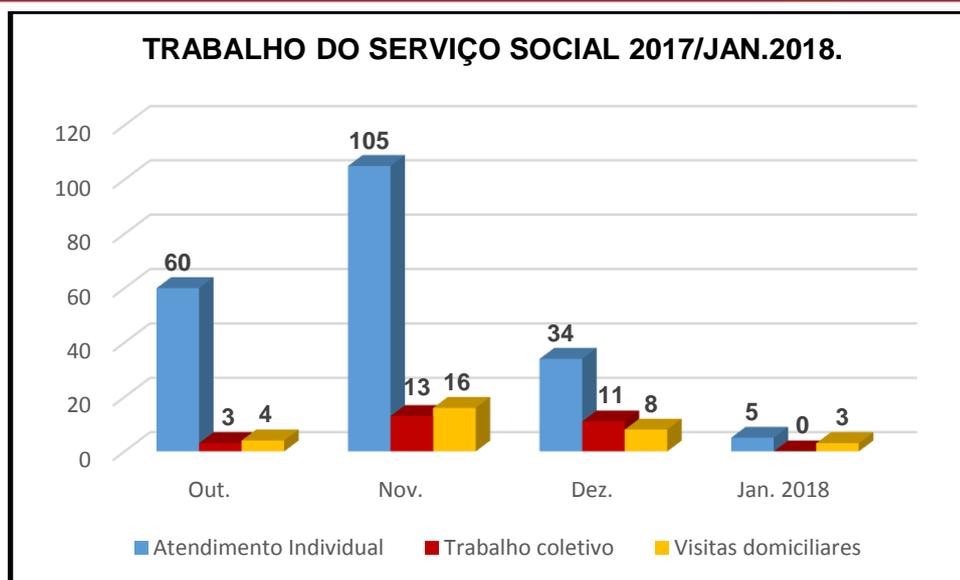
GRÁFICO 1 – Registro Quantitativo do Trabalho das Assistentes Sociais.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Fonte: Elaborado pelas assistentes sociais do CEMAEE/SEME, Salto/SP, 2018.

Para o ano de 2018 temos como proposta desenvolver mais trabalho coletivo com grupos com as famílias e comunidade escolar tendo a direção que precisamos alargar alguns debates e inserir a população em alguns processos de forma gradativa, talvez de médio e longo prazo, mas temos a intenção de iniciar.

Outra questão importante que temos como meta é a evasão escolar, que é um tema que se encontra cada vez mais presente nos debates e reflexões acerca da educação. Seu crescente avanço no cenário educacional preocupa, pois limita o acesso de crianças e adolescentes às redes de ensino regular, privando-os do acesso ao conhecimento sistematizado, que é de suma importância para a cidadania e vida em sociedade.

O Serviço Social entende a evasão escolar como um reflexo das expressões da questão social, onde a desigualdade social, econômica e cultural, resulta em um sistema excludente, reproduzindo fenômenos como a violência, o uso e abuso de drogas e desproteções sociais, que afetam diretamente a criança e ao adolescente, prejudicando seu desenvolvimento e aprendizagem no contexto escolar e enquanto sujeito.

Por se tratar de uma questão complexa, a evasão escolar necessita de ações estratégicas, e em conjunto, envolvendo educadores, família e demais profissionais, como também, a rede intersetorial, possibilitando assim uma ação mais efetiva.

A atuação do assistente social tem como objetivo conhecer a realidade, analisar e levantar as causas dos problemas sociais identificados em alunos e/ou no ambiente escolar, e a partir dessas questões detectadas, criar estratégias e ações para saná-las ou minimizá-las,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



contribuindo para a permanência do aluno no ambiente escolar, assim como para a qualidade do ensino.

“A inserção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação, nos diferentes níveis de ensino, portanto em diferentes espaços, visa a contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola.” (MARTINS, 2012, p.45)

Por fim, estamos buscando nos organizar para participar das reuniões do Conselho Municipal da Educação – CME e posteriormente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

CONCLUSÃO

Este artigo relata as primeiras experiências de assistentes sociais no município de Salto (SP), como sinônimo de uma proposta baseada na defesa e fortalecimento da presença do Estado para garantir a educação como um direito universal.

Está é construção que vem sendo gestada de forma coletiva e que frequentemente se depara com a necessidade de esclarecimentos e desconstruções sobre a expectativa de que o Serviço Social teria como função prioritária executar provas de meios para o acesso a creche, ou ainda enquadrar famílias que não estariam desempenhando o papel esperado de proteção integral aos seus, colocando-se dessa forma um grande desafio de construção neste âmbito, como uma nova área sócio ocupacional do Serviço Social.

O Estado tem como responsabilidade garantir educação a todos, crianças e adolescentes, jovens e adultos e uma escola pública com ensino de qualidade. A atuação do assistente social na educação é de suma importância, partindo do pressuposto de que esse profissional tem o aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para o enfrentamento das expressões da questão social que se manifestam não só na escola, mas também fora dela.

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar.

Importante demarcar que a forma como se constitui a política de educação e os discursos presentes não se distanciam da conjuntura mais ampla. Temos ciência de que

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



vivemos tempos difíceis e estamos tentando construir, resistir e sonhar com um trabalho que dialogue com o projeto ético-político que defendemos, no entanto, com a sensação que por vezes remamos contra a maré. Estamos buscando conhecimento e respostas que tem consciência do processo e caminho sócio histórico.

Este artigo teve o esforço de apresentar os limites e possibilidades da atuação do assistente social na Política de Educação, em tempos de afirmação e consolidação da profissão nessa área.

Buscamos desenvolver ações em consonância com o projeto ético-político da profissão, compondo uma equipe interdisciplinar, na qual vários campos do saber se interrelacionam para proporcionar condições de acesso a direitos para os usuários dessa política pública, com o compromisso na construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação, 2003.** Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Serviço-Social-e-política-educacional-Um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação.pdf>>. Acessado em: 13/02/2018.

BRASIL. Resolução 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. CFESS, 2006.

_____. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1.ed. Ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

_____. Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: CFESS, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social**

contemporâneo: Trajetórias e desafios. Texto-base da conferência inaugural do XVIII seminário latino-americano de escolas de trabalho social, São José, Costa Rica, jul. 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



PAIVA, F. V. **Desatando os NÓS: uma experiência do Serviço Social na área da Educação e da Cultura.** 105f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2011.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais (DATAPEDIA).

² O Índice de Gini da renda domiciliar per capita mede o grau de concentração da distribuição da renda domiciliar per capita de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico. Quando o índice tem valor igual a um (1), existe desigualdade máxima, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual a zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda (DATAPEDIA).

³ Incivildades categoria utilizada por um grupo de pesquisadores da UNICAMP coordenados pela Prof.^a Dr.^a Telma Pileggi Vinha (Doutora em Desenvolvimento Humano e Educação pela Unicamp). As incivildades são consideradas micro violências, pequenas agressões cotidianas que acabam tumultuando o ambiente e que não há preparo nas escolas e professores para conduzir as situações. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=9gk_Cb7NLMQ Acessado em 15/02/2018.

⁴ Sobre o local de trabalho temos o conhecimento da Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social e estaremos enfrentando essa realidade com uma avaliação deste primeiro período de trabalho. Reconhecemos que é importante lutar por condições dignas de trabalho, não nos acomodamos.

⁵ Condições de trabalho, apesar de ser pequenas conquistas (o mínimo), indicamos estes elementos para sinalizar que não estamos conformadas com a situação e estamos reivindicando ferramentas e condições para aperfeiçoarmos o processo de trabalho e buscando estratégias para demarcar a presença do Serviço Social na Educação. A nossa movimentação tem mobilizado os trabalhadores de outras áreas, que estão há algum tempo no setor e não possuem nem o mínimo do mínimo.